

PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

## Autor(res)

Catiússia Da Silva Panza
Giseliane Barbosa Barreira
Maria Luiza Santos De Lima
Daniele De Lelis Ferreira De Almeio
Sarah Cristina Soares

Categoria do Trabalho



## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

# Introdução

A prevenção ao abuso infantil é um tema de extrema importância que requer uma abordagem abrangente e multidisciplinar. Este trabalho acadêmico se propõe a explorar diferentes aspectos relacionados à prevenção do abuso infantil, dividindo-se em três grandes áreas de discussão: a identificação do abusador, a descoberta do abuso e a prevenção do abuso. Na identificação destaca-se como pode se manifestar em diferentes contextos o ato de violência, desde familiares próximos até estranhos. Os sinais de alerta podem indicar a ocorrência de abuso, gerando um alerta para os pais, cuidadores e profissionais a identificar e intervir precocemente em situações de risco. As estratégias para descobrir o abuso, dando ênfase na importância da comunicação aberta, bem como a necessidade de educar e sensibilizar a comunidade sobre os sinais de abuso infantil. O papel das instituições, escolas, centros de saúde e o Estado é fundamental na elaboração de atividades que alertem as crianças e os adolescentes.

#### Objetivo

Esse trabalho tem como objetivo retratar sobre a prevenção ao abuso infantil, analisando as formas de prevenção como a educação preventiva, políticas públicas e uma comunicação aberta, para evitar ou ajudar a compreender o comportamento do abusador, característica que pode ser visto através do comportamento, gerando um perfil de um transtorno pedofilico, acendendo um alerta.

Material e Métodos

O nétodo a ser realizado durante esse trabalho é por meio de pesquisas bibliográficas, em livros e sites de pesquisa, como SCIELO e Google Acadêmico, e artigos de leis disponibilizados no site do planalto, nos anos de 2002 até 2024, para o desenvolvimento de sa dissertação. Com base na prevenção e os direitos essenciais de crianças e adolescentes, com a finalidade de manter o seu desenvolvimento em efetivo, sem transtornos que os prejudique.



### Resultados e Discussão

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é reconhecido como um sério problema de saúde pública, devido aos altos índices de incidência e às graves consequências para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Segundo a lei 8.069/90, ECA, no seu artigo 15, que diz: "a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis", e artigo 17, "O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais". A violência cometida em crianças e adolescentes pode ser definida por utilização da força física, por meio de um familiar, por um cuidador, por pessoas do seu convívio ou terceiro, que estão em estágio psicossexual já desenvolvido.

#### Conclusão

É fundamental reconhecer que todos têm responsabilidade na proteção das nossas crianças e adolescentes. A defesa contra o abuso sexual requer o envolvimento de todos os setores da sociedade, desde o governo e as instituições de ensino até as famílias e comunidades. Somente através de uma abordagem coletiva e comprometida podemos esperar reduzir os casos de abuso e mitigar seus impactos devastadores. Portanto, é essencial continuar investindo em estudos, políticas públicas e programas de prevenção, bem como promover a conscientização e a educação sobre o tema.

#### Referências

AMENDOLA, M. F. (2004). Mãos que choram: avaliação psicodiagnóstica de mãos de crianças vítimas de abuso sexual. In M. C. C. A. Prado (Org.), O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana (pp. 103-169). São Paulo: Vetor.

ARAÚJO, M. D. F. Violência e abuso sexual na família. Psicologia em Estudo, , Maringá, n. 7, Jul./dez. 2002.

BETTENCOURT, Sónía M. J. C. Universidade da Madeira (Portugal)ProQuest Dissertations Publishing, 2017 30207211

CHILDHOOD - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009. ISBN 978-85-62194-01-6 (Childhood - Instituto WCF-Brasil)

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Presidência da República Secretaria Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017. Presidência da República Secretaria Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos.



